

Ensino e desenvolvimento

Helder Macedo

Correspondendo ao convite, que muito me honrou, para vir participar no Seminário «O 25 de Abril - Dez anos depois», concordei em falar sobre o «Sistema de Ensino» dentro do tema genérico «Democratizar». Terei, no entanto, de atravessar as fronteiras formais deste tema e de entrar também no território definido pela rubrica «Desenvolver». Com efeito, um dos argumentos centrais da minha tese é que não há democracia sem desenvolvimento.

Em Portugal, o contrário também foi verdade: quarenta e oito anos de repressão pouco contribuíram para o desenvolvimento económico do país. Nem mesmo o controle autocrático de um vasto império colonial conseguiu que o nível económico geral da população portuguesa (que caberia toda numa cidade do tamanho de Londres) deixasse de ser um dos mais baixos da Europa.

O 25 de Abril lançou as bases formais da democracia em Portugal. Foi um ponto de partida, cuja importância não pode ser minimizada. Mas não é um ponto de chegada. Dez anos depois de acabada a ditadura, Portugal continua a ser um dos países mais pobre da Europa e os mesmos desníveis económicos, sociais e culturais separam uma pequena minoria da grande maioria da população, as cidades do campo, o litoral do interior. A distância geográfica entre Porto e Bragança pouco mais é do que duzentos quilómetros ou duas horas de auto-estrada, se a houvesse: mas, economicamente, o Nordeste português está mais próximo do mundo subdesenvolvido; há mais médicos nalguns hospitais de Lisboa do que em muitos dos melhores hospitais americanos: mas há hospitais no interior que não podem funcionar por falta de médicos e vastas áreas do país sem hospitais; as elites culturais portuguesas não são muito diferentes de todas as elites culturais: a diferença é em relação à enorme percentagem nacional de analfabetos.

Democratizar é tornar acessível o desenvolvimento económico, social e cultural a todas as regiões de um país e a todos os sectores da sua população. Uma democracia formal que mantenha inalteradas as estruturas profundas de um sistema anti-democrático está apenas a prolongar esse sistema sob o novo disfarce. Não é uma democracia, é uma operação plástica às rugas da ditadura, com a mesma carne envelhecida por baixo da pele esticada. A descrença e a desmotivação que de novo, e cada vez mais, se sentem em Portugal sublinham os perigos do equívoco potencial em que estamos a viver.

Precisamente porque a democracia é uma prática concreta e não um sistema de abstrações conceptuais, tentarei ser o menos teórico possível nas considerações que aqui venho propor à discussão. E também quero desde já tomar claro que estou menos interessado em analisar o que poderia ter sido feito nos últimos dez anos do que em sugerir o que poderá ser feito nos próximos dez. Acho que ainda não chegou a altura de proferir orações fúnebres ao 25 de Abril.

Num país pequeno e de recursos naturais relativamente escassos, como o nosso, a democracia não tem muitas opções para implementar a política de desenvolvimento da qual depende a sua própria sobrevivência. Uma das mais frutuosas, até porque comparativamente pouco dispendiosa, é investir na formação cultural da sua população. Portugal tem vivido dos seus recursos humanos, em grande parte através da exportação de uma mão-de-obra mal treinada, que não consegue empregar numa indústria ineficiente, num comércio emperrado e numa agricultura antiquada. Viveria melhor se investisse uma parte substancial das receitas da emigração na formação de gente capaz de modernizar a agricultura, dinamizar o comércio e tomar a indústria mais eficiente. O país terá de continuar a depender dos seus recursos humanos e é neles que, prioritariamente, deve investir.

Uma das condições fundamentais para democratizar Portugal é assim, também, uma condição fundamental para desenvolver Portugal: tornar o ensino efectivamente acessível a todas as regiões e a toda a população do país. Isto significa colocar o ensino no centro do próprio sistema económico. As reformas que têm sido adiadas no sistema de ensino em Portugal não são curriculares nem metodológicas. Essas têm sido abundantes e nem sempre infelizes, embora geralmente inúteis. De uma perspectiva de desenvolvimento, a reforma que mais importa fazer é no sistema de acesso ao ensino. Não basta que a legislação garanta, em abstracto, o direito ao ensino. O fundamental é que o exercício desse direito se tome numa prática concretamente desejável e economicamente viável aos seus beneficiários potenciais. Um trabalhador rural não tirará de bom grado algumas horas ao plantio, nem consentirá que o filho o faça para ir à escola, se não tiver a certeza de que não ficará prejudicado quando chegar a estação das colheitas e se não acreditar que a escolaridade o pode ajudar a conseguir melhorar colheitas nos anos seguintes. Com efeito, a escola só será adequada à sociedade se corresponder às necessidades concretas dos indivíduos que a integram.

A reforma necessária ao sistema de acesso ao ensino exige, pelo menos numa fase inicial, que a política de formação escolar seja servida por uma política de incentivos à escolaridade. Darei alguns exemplos do que, concretamente, poderia e deveria ser feito neste sentido: primeiro, a atribuição de bolsas de estudo para a frequência do ensino primário a crianças economicamente desprivilegiadas, de modo a evitar que a escolaridade infantil continue a ser um fardo insustentável para muitas famílias; segundo, a concessão de empréstimos repagáveis sem juros a estudantes do ensino secundário, técnico e universitário; e, terceiro, para a alfabetização ou a reciclagem profissional de adultos, o pagamento do equivalente ao salário mínimo nacional pelas horas devotadas diariamente à frequência escolar. Complementarmente (e até que uma satisfatória rede de estradas permita a unificação do país) seria também importante conceder a professores consideráveis suplementos salariais por residência e prática docente nas regiões menos acessíveis, como incentivo tendente a contrariar a acumulação de pessoas qualificadas para o ensino nas principais cidades, muitas vezes a exercer funções indefinidas em repartições superlotadas.

A objecção imediatamente previsível ao que acabo de dizer é que não há dinheiro, que temos uma dívida externa paralizante e que mal conseguimos sobreviver mesmo sem nos metermos em projectos de uma rentabilidade difícil de computar. Mas algum dinheiro há, e muito dele desperdiçado por não terem sido devidamente estabelecidas as prioridades de como aplicá-lo. Tão importante como pagar a dívida externa é garantir interna-

mente que novas dívidas cada vez mais paralizantes não continuem a ser necessárias. A melhoria da produção é a rentabilidade computável da subida do nível profissional da população. E é também um dos poucos factores económicos que pode contribuir para nos libertarmos do círculo vicioso dos empréstimos. Mas se mesmo assim o Estado não tem dinheiro suficiente, seria de todo impossível interessar o sector privado em compartilhar num investimento de que seria um dos principais beneficiários? Inúmeras falências têm sido apressadas por insuficiências profissionais. E nunca será possível uma integração positiva no Mercado Comum sem essas insuficiências terem sido remediadas.

É no entanto ao Estado que compete garantir a qualidade e a eficiência do ensino de que depende a melhoria do nível profissional do país. Essa qualidade e eficiência dependem, por sua vez, da competência e da dedicação dos professores. Mas o que surpreende é que ainda haja tanta competência e dedicação numa profissão tão mal paga. Obviamente que seria impossível implementar, de imediato, o desejável aumento salarial de todos os escalões da profissão docente. Mas seria indispensável não só melhorar a formação pedagógica como elevar o status social e, portanto, financeiro - dos professores do ensino básico, que afinal é a pedra mestra de todo o sistema de ensino.

Complementarmente, e sem consideráveis despesas adicionais, o ensino secundário poderia também ser melhorado através de maior flexibilidade curricular e, sobretudo, da transferência de mais recursos para o ensino técnico profissional. A aquisição de cultura é um processo de sucessivos alargamentos, radicado num simultâneo aprofundamento, de interesses culturais e profissionais específicos. Esses sucessivos alargamentos tanto podem ser conseguidos com base no estudo da literatura como da genética agrícola. Num sistema democrático, o ensino técnico e o ensino secundário tradicional devem ser opções a níveis equiparáveis e, como tal, capazes de permitir igual acesso ao ensino superior a quem para ele estiver vocacionado.

Em todo o caso, não é o ensino superior que, só por si, determina o nível cultural de uma sociedade ou assegura o seu desenvolvimento económico. Esses dependem, acima de tudo, da educação média da população. As próprias universidades serão tanto melhores quanto melhor tiver sido a formação anterior dos seus estudantes e quanto mais se puderem concentrar no estudo aprofundado e na investigação das suas áreas especializadas do conhecimento, sejam elas as ciências, a tecnologia ou as humanidades. Mas nas nossas universidades muitas vezes é necessário ensinar o que deveria ter sido aprendido em liceus onde frequentemente também foi necessário ensinar o que deveria ter sido aprendido na escola primária. Além de que, cada vez mais, a função vocacional das universidades está a ser desvirtuada na fabricação das licenciaturas burocraticamente exigidas para o acesso exclusivo a empregos que, muitas vezes, e até com vantagem, poderiam ser preenchidos por quem tivesse um bom curso técnico ou secundário. O desequilíbrio inerente ao nosso sistema de ensino tem nesta tendencial transferência do que deveria ser a função da escola primária para a secundária e desta para a universidade uma das suas expressões mais absurdas e, feitas as contas, menos económicas.

Mas o facto inegável é que as escolas primárias, secundárias e de ensino médio técnico e profissional são insuficientes e mal apetrechadas, sobretudo fora dos principais centros urbanos. E se também não é possível construí-las e apetrechá-las tão depressa quanto seria desejável - mesmo se conseguidos os necessários recursos - há no entanto várias soluções complementares que poderiam ser rapidamente implementadas e outras, já iniciadas, que ganhariam em ser desenvolvidas e coordenadas. Mais uma vez, darei alguns exemplos concretos: a criação de escolas, bibliotecas e laboratórios itinerantes; a transmissão sistemática de cursos educativos ao nível primário e secundário na rádio e na televisão; o uso parcial, para o ensino, de edifícios pertencentes ao Estado e às autarquias locais, nomeadamente centros culturais e recreativos, bibliotecas públicas e museus, bem como de instalações comerciais e industriais voluntariamente cedidas; participação activa do Instituto Português do Livro numa política de bibliotecas e do Instituto Português do Cinema na produção de filmes educacionais; melhor utilização pedagógica de organismos como o FAOJ e o INATEL; colaboração da Igreja em programas educativos específicos; e - porque não? - um envolvimento mais sistemático das Forças Armadas no treino educacional de recrutas para a vida civil.

Tudo isto, que é muito menos do que poderia ser feito, deveria efectivamente ser fácil de implementar em termos imediatos. Mas não é. O governo central está organizado em compartimentos estanques que, ao mesmo tempo, incluem múltiplas áreas de competências sobrepostas ou, melhor dizendo, de responsabilidades indefinidas (assim, por exemplo, a teoricamente tão desejável separação entre Educação e Cultura em dois ministérios independentes, concretamente dificulta a boa execução de projectos em áreas convergentes, como sejam, entre outras, as que igualmente poderiam competir à «Acção Cultural» e à «Educação Permanente»); os orçamentos são desnecessariamente inflexíveis e bizantinamente formalistas (por exemplo, se sobrares verbas na rubrica orçamental adequada, nada impede que elas sejam gastas na compra de três milhões de caixas de fósforos mas tudo proíbe que sejam transferidas para subsidiar uma escola); e, finalmente, a colaboração entre o governo central e as autarquias locais está limitada no essencial, que é uma efectiva participação financeira em acções específicas.

Julgo que já disse o suficiente para tomar claro o que entendo por democratizar o nosso sistema de ensino. E termino como comecei: o 25 de Abril lançou as bases formais da democracia em Portugal. Mas, em democracia, a função do Estado é facultar meios, em vez de dificultá-los; criar acessos, em vez de bloquear caminhos; construir bases, em vez de cúpulas sem base. No sector da educação é talvez mesmo essa a única função do Estado. O resto, compete a todos nós.